



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Movimento Social e Questão Social no Capitalismo Contemporâneo Brasileiro			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Michelly Ferreira Monteiro Elias	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Professora Assistente
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Este trabalho tem por objetivo, refletir sobre a relação do movimento social da classe trabalhadora e a questão social no contexto do capitalismo contemporâneo brasileiro. Parte-se do pressuposto que a questão social se funda na exploração do capital sob o trabalho, enquanto relação constitutiva da ordem burguesa do capital, em que a produção social é coletiva e sua apropriação privada. Considerando o processo histórico e a centralidade da questão social para análise das relações sociais no âmbito da sociedade burguesa capitalista a partir da segunda metade do século XIX, destaca-se as lutas sociais desenvolvidas historicamente pela classe trabalhadora, como expressão latente da relação capital x trabalho, que a partir da formação sócio-histórica brasileira vem adquirindo organização e formas que expressam de forma significativa o processo da luta de classes no país, principalmente a partir da eminência do capitalismo monopolista. A partir disso, buscaremos neste trabalho situar a relação entre a questão social e as lutas sociais da classe trabalhadora, tendo como destaque a hegemonia neoliberal e a complexificação da luta de classes a partir das mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir de 1970 com o advento do toyotismo e da reestruturação produtiva do capital. Nesse sentido, destaca-se como fundamental a apropriação acerca da teoria da luta de classes em Marx e na tradição marxista, para a partir das mediações da realidade social da atual fase do capitalismo brasileiro, analisar a complexa caracterização e as formas de manifestações desse processo de luta em curso.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Questão Social; Movimento Social; Luta de Classes			
ABSTRACT			
<p>This work has for objective, to reflect on the relation of the social movement of the diligent class and the social question in the context of the capitalism Brazilian contemporary. Part of estimated that the social question establishes in the exploration of the capital under the work, while the constituent relation of the bourgeois order of the capital, where the social production is collective and its private appropriation. Considering process historical and importance of social question for analysis of relations social in scope of society bourgeois capitalist from second half of century XIX, detaches struggles social developed historically for class worker, as expression latent of relation capital x work, that from the Brazilian partner-historical formation it comes acquiring organization and forms that express of significant form the process of the struggle of class in the country, mainly from the eminence of the monopolist capitalism. From this, we will search in this work to point out the relation between the social question and the social struggle of the worker class, having as it has detached the neoliberal hegemony and the difficult of the struggle of class from the occurred changes in the world of the work from 1970 with the advent of the toyotism and the productive reorganization of the capital. In this direction, the appropriation concerning the theory of the struggle of class in Marx is distinguished as basic and in the marxist tradition, to know the social reality of the current phase of the Brazilian capitalism, to analyze the complex characterization and the forms of manifestations of this process of struggle in course.</p>			
KEYWORDS			
Social Question; Social Movement; Struggle of Class			

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho possui o objetivo de refletir sobre a relação do movimento social da classe trabalhadora e a questão social, tendo como referência, alguns dos principais aspectos do capitalismo contemporâneo brasileiro.

A escolha deste tema para reflexão neste artigo, se deve aos desdobramentos da pesquisa sobre a cooperação agrícola no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST que foi realizada durante o Mestrado em Políticas Públicas¹. Considerando o referencial teórico utilizado e as principais categorias que orientaram a análise do objeto, o tema da teoria da luta de classes em Marx e na tradição marxista se constituiu em um elemento central da abordagem sobre os movimentos sociais vinculados às frações da classe trabalhadora, dentre eles o MST, enquanto expressão das lutas sociais em curso na sociedade.

A partir disso, continuar o estudo sobre a problemática das lutas sociais tem se constituído em um desafio e ao mesmo tempo em uma necessidade, para entendermos de forma dialética esses movimentos, enquanto expressão concreta e particular do movimento da sociedade.

Partimos do pressuposto que este movimento da sociedade possui complexas determinações que se fundam na forma de organização das relações sociais, que expressam essencialmente a forma de organização do processo de trabalho e das relações de produção estabelecidas na sociedade burguesa.

Nesta perspectiva, identificamos a centralidade da categoria questão social para entendermos esta realidade que se funda na exploração do capital sob o trabalho, em que o primeiro comanda o processo de trabalho, concretizando a coletividade da produção social e a apropriação privada da riqueza produzida. Considerando este caráter da questão social e as diversas dimensões da vida social que caracterizam a história da sociedade burguesa capitalista, desenvolvemos neste artigo reflexões sobre as lutas sociais da classe trabalhadora, considerando-as enquanto uma expressão do processo e dos desdobramentos constituídos a partir da relação capital x trabalho.

Considerando esta perspectiva teórica e alguns dos principais elementos da formação sócio-histórica brasileira, no que diz respeito ao papel do Estado, ao modelo de capitalismo desenvolvido no país e às características da luta de classes neste contexto, situamos a relação entre a questão social e as lutas sociais da classe trabalhadora, tendo como principal expressão desse processo os movimentos sociais populares².

¹ ELIAS, M. F. M. *A cooperação agrícola na organização política do MST: um estudo sobre as experiências desenvolvidas no Maranhão*. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. São Luis: 2008.

² Considerando a análise que desenvolvemos no decorrer deste trabalho, identificamos que movimentos sociais podem expressar ações no âmbito da luta política, vinculados tanto à burguesia e suas diversas frações, quanto à classe trabalhadora e suas diversas frações. Assim, a utilização de *movimentos sociais populares* visa demarcar a vinculação deste tipo de luta social às ações da classe trabalhadora.

Para isso, situamos o debate teórico acerca da questão social e destacamos alguns dos principais elementos da teoria da luta de classes em Marx, identificando esta, como elemento central para o entendimento do movimento dialético da sociedade.

E a partir dos principais aspectos acerca da hegemonia neoliberal, considerando as mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir de 1970, que se efetivou no Brasil a partir da década de 1990, com o advento do toyotismo e da reestruturação produtiva do capital, identificamos os movimentos sociais populares como uma expressão da luta de classes em curso no país.

Para isso, destacamos a dimensão histórica das lutas sociais da classe trabalhadora, e o entendimento de que os movimentos sociais populares têm expressado na atualidade, grande parte do acúmulo, dos desafios, dos limites e das possibilidades da heterogênea e complexa classe trabalhadora brasileira e latino-americana no âmbito da luta de classes.

Nesta perspectiva, a apropriação sobre a teoria da luta de classes em Marx e na tradição marxista se coloca como algo necessário e atual, para que a partir das contradições da atual fase do capitalismo brasileiro, possamos ter elementos para analisar a complexa caracterização e as diversas formas de manifestações desse processo histórico atual.

2 QUESTÃO SOCIAL E MOVIMENTO SOCIAL: CATEGORIAS NECESSÁRIAS PARA O ENTENDIMENTO DA TEORIA DA LUTA DE CLASSES

O conhecimento e o debate sobre a questão social é algo importante para todos que se debruçam e se interessam pelo desvelamento da realidade social, sendo que a iminência desta problemática possui como marco histórico o período de consolidação da sociedade capitalista.

Segundo Netto (2006), a expressão “questão social” é inicialmente associada ao fenômeno de pobreza generalizada em que se encontrava parte significativa da população da Europa ocidental na segunda metade do século XIX, assim como, às expressões sociais e políticas desta realidade, através das primeiras formas de lutas e reivindicações³ do nascente proletariado.

Na impossibilidade de negar a existência desta situação, o pensamento conservador da época, difundiu uma concepção de questão social como algo naturalizado e moralizador, no sentido de culpabilização dos indivíduos que se encontravam em tal situação. E assim, não identificavam as determinações desta realidade com a estrutura econômico-social da então sociedade burguesa.

³ Como exemplos é importante destacar o *ludismo*, movimento contrário à industrialização e à mecanização, desenvolvido durante o período da Revolução Industrial; o *cartismo*, movimento inglês que reivindicava a participação dos trabalhadores na vida política do país e as *trade unions*, que foram as formas de luta e organização incipientes dos sindicatos, que desde este período começaram a lutar por melhores condições de trabalho e salários.

Em contrapartida a isso, o pensamento crítico da economia política irá desenvolver a partir de Friedrich Engels e Karl Marx uma análise que irá levar à identificação dessas determinações econômicas e sociais da questão social. Isto se deu, devido ao estudo sobre a estrutura e a dinâmica do modo de produção capitalista, e por consequência, das relações existentes entre os homens na produção. E a partir disso, o pensamento marxiano aponta a questão social como algo intrínseco ao capitalismo.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – *diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”*; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominantes. A “questão social” é *constitutiva* do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprema a primeira conservando-se o segundo. A análise de conjunto que Marx oferece n`O Capital revela, luminosamente, que a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração. (NETTO, 2006:157)

Nesse sentido, é possível afirmar que a questão social é determinada essencialmente pela relação estabelecida entre capital e trabalho na sociedade capitalista, em que o primeiro comanda o processo de trabalho. Há uma relação de exploração do capital sob o trabalho, que se constitui na base sob a qual se funda a existência da questão social, que adquire diversas configurações no decorrer do processo histórico, a partir das dimensões políticas, culturais, intelectuais e ideológicas da vida em sociedade.

Vale destacar que esta relação de exploração ocorre a partir da contradição permanente entre a organização do processo de produção que ocorre de forma cada vez mais socializada, envolvendo massas enormes de trabalhadores cada vez mais explorados, e por outro lado, a existência de relações de produção, que permite a apropriação privada desta riqueza produzida. Assim, conforme aponta Netto (2006), a questão social tem a ver exclusivamente com a sociabilidade erguida sob o comando do capital.

Este comando se dá a partir da condição de subsunção do trabalho diante do capital, conforme diz Marx, onde o objetivo principal do processo de produção não se constitui no atendimento das necessidades humanas, mas sim no lucro, onde, *“é para apropriar-se dessa quantia adicional de dinheiro, o lucro, que o capitalista se movimenta: o lucro constitui seu objetivo, a motivação e a razão de ser do seu protagonismo social”*. (BRAZ; NETTO, 2006: 96)

O trabalho conforme Marx (1989) é uma atividade eminentemente humana, em que o homem transforma a natureza visando atender às suas necessidades. E nesse sentido é condição da existência humana, e ao mesmo tempo, só é possível de se materializar enquanto tal, devido à capacidade teleológica desses mesmos homens.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza.[...] Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. [...] Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. (MARX, 1989: 202)

O trabalho é em sua essência, atividade criativa e auto-criativa, em que a partir dele os homens foram organizando as formas de produção material e se constituindo enquanto ser social.

Os modos de produção enquanto formas fundamentais de produção da vida material, se concretizaram a partir da organização dos processos de trabalho no decorrer da história, constituindo forças produtivas e relações de produção específicas. Podemos afirmar que se constituíram enquanto formas de organização das relações sociais, expressando os diferentes períodos do processo de desenvolvimento do ser social. Conforme Lukács (1968: 5), “*o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que [...] ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los*”.

É importante destacar a indissociabilidade entre a produção da vida material e a totalidade das relações estabelecidas no conjunto da vida social, entendendo que todo modo de produção ocorre sob determinadas relações historicamente determinadas. Conforme aponta Iamamoto (2010: 56) “*Reter essa dupla e indissociável dimensão da análise – a existência material das condições de trabalho e a forma social pela qual se realizam – é fundamental*”.

Nesse sentido, o processo de desenvolvimento do ser social foi se tornando o próprio processo de humanização, construído no decorrer da história, onde as determinações da natureza foi se tornando cada vez menos relevantes e os diferentes tipos de sociedades, cada vez mais complexas. A partir disto, diferentes objetivações se formaram, expressando as capacidades humanas desenvolvidas a partir do trabalho e configurando a estrutura do ser social.

É importante frisar, conforme Braz; Netto (2006), que na medida em que o ser social se complexifica, suas objetivações se colocam para além do espaço ligado diretamente ao trabalho. E nesse sentido identificam que embora o trabalho seja a objetivação primária, outras objetivações, como a ciência, a arte, a cultura e a política, foram adquirindo importância no decorrer da história humana.

Esta análise é fundamental para situarmos a dimensão ontológica que o trabalho possui na constituição das relações sociais e do ser social, expressado historicamente nos diferentes tipos de sociedade⁴ existentes até então.

Considerando a centralidade do trabalho e a determinação da vida material na constituição das relações sociais, que se dá de forma dialética e permeada pelo processo histórico, temos como pressuposto que a sociabilidade hegemônica na *forma de existir* do ser social na sociedade capitalista, não possui o homem enquanto centro de sua organização. Nesse sentido, o modo de produção capitalista possui como objetivo final e força motriz, o lucro, o qual é adquirido a partir da extração da mais-valia (tempo de trabalho excedente).

Esta identificação sobre a dinâmica do processo de acumulação do capital, foi possível com o estudo rigoroso realizado por Marx sobre a sociedade capitalista, o qual se apresenta principalmente na obra “O Capital”.

Segundo Marx (1989), o objetivo do capitalista é produzir um valor de uso, que tenha um valor de troca, mas, além disso, valor e mais-valia. E a fonte deste valor é o trabalho, enquanto energia humana despendida no decorrer do processo de produção. Assim, no modo de produção capitalista, o capital é quem comanda o processo de trabalho, onde o trabalho é tido como uma mercadoria qualquer, embora seja na verdade, a atividade que realiza a valorização no decorrer do processo de produção. Por isso, comandar o processo de trabalho é necessário para o capital, para que ele garanta o tempo de trabalho excedente, que se constitui na fonte principal de seu lucro.

A relação de subsunção do trabalho ao capital tem gerado historicamente consequências sociais, políticas e econômicas nocivas para a grande maioria da população.

A partir do processo histórico marcado pelo contínuo desenvolvimento das forças produtivas e pelas diferentes fases e características acerca do processo da luta de classes, sendo mediada de forma significativa pelo Estado capitalista desde a era moderna; a sociedade burguesa se caracterizou por algumas fases específicas.

Resgatando as características desses períodos, com base em autores da tradição marxista, identificamos a chamada fase de acumulação primitiva do capital, no período do século XVI ao XVIII, que se caracterizou pela expansão da produção de mercadorias; conquista e invasão de territórios, visando a mundialização desse modo de produção e o início da relação de subsunção do trabalho diante do capital. O segundo período, que se estabeleceu de 1780 a 1870, foi

⁴ Partimos do elemento histórico que a civilização humana se iniciou com as primeiras formas de comunidade primitiva. No decorrer de um longo processo de desenvolvimento, houve a formação do Modo de Produção Escravista, que no Ocidente teve início por volta de 3.000 anos antes de Cristo, perdurando até o século V. E seguido a ele, durante o século V ao XV, se instituiu o Feudalismo, que passou por um longo período de crise entre os séculos XVI e XVIII, culminando na consolidação do Capitalismo no século XIX.

identificado enquanto capitalismo concorrencial, liberal ou clássico. Esta foi considerada a fase de consolidação do capitalismo na Europa ocidental e de expansão da urbanização nos países desse território; também houve nesse período a criação do mercado mundial, fundamentado na perspectiva da livre iniciativa econômica e da livre concorrência. Posterior a ele, se constituiu a fase do capitalismo monopolista, iniciada no final do século XIX e permanecendo até a atualidade, tendo como características fundamentais, a fusão do capital monopolista industrial com o capital bancário, formando o capital financeiro; a partilha territorial do mundo entre os Estados imperialistas; a monopolização sistemática dos meios de produção e da riqueza gerada; a exportação de capital e o incentivo à indústria bélica.

Ao analisar a atualidade da sociedade burguesa, Iamamoto (2010) destaca que o capital apoiado pelas políticas imperialistas, subordina aos seus fins de valorização, toda a organização da vida em sociedade, onde super-explora o trabalho e banaliza o humano, acirrando cada vez mais as contradições sociais, políticas e econômicas existentes, onde quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens.

O pensamento fetichista transforma as relações sociais, baseadas nos elementos materiais da riqueza, em atributos de coisas sociais mercadorias e converte a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro). Esse caráter mistificador que envolve o trabalho e a sociabilidade na era do capital é potencializado na mundialização financeira e conduz à potenciação da exploração do trabalho a sua invisibilidade e à radicalização do seqüito de suas desigualdades e lutas contra as elas consubstanciadas na questão social, aprofundando as fraturas que se encontram na base da crise do capital. (IAMAMOTO, 2010:48-49).

Nesse sentido, a autora analisa o nível de complexidade e alienação que as relações sociais adquiriram no decorrer do processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, a qual tem levado a um acirramento da questão social, onde a hegemonia da ideologia neoliberal é um exemplo central.

Essa realidade coloca como desafio ao pensamento crítico, a identificação e o estudo sobre a emergência da questão social na atualidade, uma vez que *“a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser”* (NETTO, 2006:160).

Assim, apontamos que a questão social que tem como fundamento a relação capital/trabalho, expressa suas mais profundas contradições no processo de luta entre burguesia e proletariado, adquirindo diversas formas durante o processo histórico, que são expressas nas dimensões que perpassam a vida em sociedade.

A partir disso, a categoria movimento social em Marx, se coloca como necessário, para assim, identificarmos as diversas manifestações que se articulam às dimensões da luta de classes no contexto atual, dentre elas, a atuação dos movimentos sociais populares.

Escrito por Engels e Marx em 1848, “O Manifesto do Partido Comunista”, foi elaborado com o objetivo principal de esclarecer sobre a concepção de comunismo defendida pela Liga dos Comunistas, organização política a qual estes intelectuais faziam parte. O texto também foi um marco no que diz respeito ao avanço sobre o entendimento da luta de classes característica do capitalismo, além de demarcar a centralidade desta no processo da construção histórica.

A partir disso, os autores abordam na primeira parte do texto, a maneira de organização do processo de trabalho no capitalismo, identificando como a história da luta de classes se coloca de forma acirrada e inconciliável esta sociedade. Uma vez que a relação estabelecida entre as classes antagônicas no capitalismo ocorre a partir da exploração do trabalho e tendo como principal objetivo a busca pelo lucro, fica claro nesta análise, o esforço dos autores no sentido de apontar as características da burguesia e do proletariado, visando mostra-lás enquanto classes antagônicas.

Apesar da importância desta obra, a complexidade que a luta de classes pode adquirir, se colocou de forma mais clara a partir das lutas e revoluções ocorridas nos países da Europa ocidental, no decorrer da segunda metade do século XIX. A partir desta realidade, a teoria marxiana analisa as características da luta de classes, apontando como esta supera a determinação unívoca do lugar que se ocupa no processo de produção e identifica que os elementos políticos, sociais e ideológicos, também compõem o jogo complexo da luta que envolve os interesses antagônicos das classes fundamentais e suas frações.

Nesta perspectiva, Marx desenvolve a análise da realidade sócio-política da França, vivenciada entre os anos de 1848 e 1851, nas obras “As lutas de classes na França” e “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”.

O período citado foi marcado por revoluções sociais envolvendo as classes sociais que compunham a sociedade naquela época: a aristocracia financeira e industrial, o operariado e o campesinato, em que Marx aborda a partir das lutas sociais e das formas de representação do poder político no país, o processo da luta de classes naquele contexto.

Segundo escrito por Engels no prefácio de “As lutas de classes na França”, 45 anos depois da sua primeira publicação, esses dois estudos tiveram como premissa as causas econômicas como última instância e a luta de classes como o motor dos acontecimentos contraditórios e do movimento da sociedade.

Em conseqüência, o método materialista terá de se limitar, freqüentemente, a reduzir os conflitos políticos às luzes de interesses entre as classes sociais e as frações de classes existentes determinadas pelo desenvolvimento econômico e a demonstrar que os diversos partidos políticos são a expressão política mais ou menos adequada das referidas classes e frações de classes (ENGELS apud MARX, 1980 : 94).

Assim, Marx consegue na complexidade das relações sociais, identificar as classes e frações de classes sociais envolvidas no cenário político da França daquele período histórico, envolvendo nesse caso principalmente a questão da luta pelo poder do Estado. O foco central de sua análise era demonstrar a essência da luta pelo poder político e econômico, determinantes do regime político instalado no país a partir dos interesses de classe.

Por isso, de acordo com os interesses principalmente econômicos e com a correlação de forças de cada conjuntura, classes sociais em princípio antagônicas se uniram em busca de objetivos comuns. Assim como, se confrontaram para manter a situação de dominação, – como no caso da burguesia – ou para reivindicarem condições dignas de vida e trabalho – como no caso do proletariado e da classe camponesa.

O partido da ordem proclamava diretamente, no seu programa eleitoral, o domínio da classe burguesa, isto é, a conservação das condições de vida do seu domínio, da propriedade, da família, da religião, da ordem! Apresentava, naturalmente, sua dominação de classe e as condições desta dominação como o reinado da civilização e como condições necessárias da produção material das relações sociais de intercâmbio que dela resultam [...] Diante da classe burguesa contra-revolucionária coligada, aqueles setores da pequena burguesia e da classe camponesa em que já se acendera o espírito da revolução tinham de coligar-se, naturalmente, com o grande dignitário dos interesses revolucionários, com o proletariado revolucionário (MARX, 1980:154-155).

Percebe-se que tanto a classe dominante quanto a classe dominada, movidas por seus interesses econômicos e políticos, foram estabelecendo relações contraditórias no processo de luta, o que se constituiu como um aspecto central do movimento histórico. Vale ressaltar que a forma de luta, correspondia também ao nível de consciência e organização política que as classes e suas frações se encontravam. Sendo que em relação a isso, a burguesia desempenhou um papel protagonista, no sentido de conseguir sobrepor seus interesses aos demais.

A partir da teoria da luta de classes, Marx também explicitou o que estava encoberto no golpe de Estado de Luís Bonaparte – o qual era visto como o sujeito determinante desse acontecimento histórico – num contexto aparente de divergência entre republicanos e monarquistas.

Para isso, na obra “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”, o autor destaca a luta entre a burguesia, os monarquistas e o proletariado, envolvendo a pequena burguesia e o campesinato, todos representados em sua maioria por partidos políticos.

A partir dessas relações, o fato de maior expressão no contexto político foi que a própria burguesia, para se manter no poder como classe dominante, precisou abrir mão da república enquanto regime político, como forma de neutralizar a ameaça de revolta do proletariado e do campesinato, então aliados à pequena burguesia.

Com essa análise, Marx concluiu que o retorno à monarquia através de Bonaparte, naquela conjuntura, configurava-se como uma estratégia do partido da ordem para a manutenção do poder econômico e político da burguesia.

Conseqüentemente, uma vez que a França exigia acima de tudo tranqüilidade, o partido da ordem não ousou dizer “guerra” depois que Bonaparte falou de “paz” em sua mensagem. O público, que esperava cenas de grande escândalo na reabertura das sessões da Assembléia Nacional, viu-se roubado em suas expectativas. Os deputados da oposição, que exigiam que fossem apresentadas as atas da Comissão Permanente sobre os acontecimentos de outubro, foram derrotados pelos votos da maioria. Eram evitados por princípio todos os debates que pudessem exaltar os ânimos. Os trabalhos da Assembléia Nacional durante novembro e dezembro de 1850 foram desprovidos de interesse. Finalmente, por volta de fins de dezembro, começaram as guerrilhas sobre uma série de prerrogativas parlamentares. O movimento limitara-se às disputas mesquinhas sobre as prerrogativas dos dois poderes, uma vez que a burguesia liquidara temporariamente a luta de classes, ao abolir o sufrágio universal (MARX, 1997: 85).

A partir dessa análise referente à realidade social daquela época na França, Marx se baseia em categorias como Estado, luta política, ideologia e relações de produção de forma inter-relacionada, tendo como fio condutor do seu pensamento a teoria da luta de classes. É nesse todo complexo e contraditório que percebemos o movimento da realidade, identificado na abordagem marxiana enquanto movimento social.

É com base nas relações de contradição e conflito que permeiam as classes sociais num todo dialético, expressas através dos processos de mediação das relações sociais, que se configura de forma geral a categoria movimento social. Isso nos proporciona o entendimento sobre a própria dinâmica da luta de classes, a qual vem formando o movimento da sociedade em si, adquirindo diversas formas concretas na realidade social.

Nessa perspectiva, baseamo-nos em Engels, que, ao sintetizar o movimento social em Marx, relaciona-o ao processo de luta entre as classes sociais e às condições objetivas determinadas pelas relações de produção.

Fora precisamente Marx quem primeiro descobrira a grande lei da marcha da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas, quer se processem no domínio político, religioso, filosófico ou qualquer outro campo ideológico, são na realidade apenas a expressão mais ou menos clara de lutas entre classes sociais, e que a existência, e portanto também os conflitos entre essas classes são, por seu turno, condicionados pelo desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, este determinado pelo precedente (ENGELS apud MARX, 1997:18).

Considerando esses elementos identificamos no pensamento marxiano, o sentido que a categoria movimento social adquire a partir do entendimento sobre o processo da luta de classes. Nesta perspectiva, Lopes (1999) sintetiza movimento social como “expressão das relações sociais

objetivas e subjetivas, determinadas pelas relações entre estrutura e superestrutura no movimento real da totalidade social concreta de um determinado período histórico” (LOPES, 1999: 9).

Tendo como pressuposto esta concepção, que nos traz a contribuição no sentido de pensarmos a atualidade da luta de classes, e considerando a complexidade adquirida pela questão social no contexto atual, a qual abordamos anteriormente para entendermos a dinâmica de exploração do capital sob o trabalho, buscaremos situar a partir de agora, os movimentos sociais populares enquanto uma expressão do processo atual da luta de classes, tendo como referência características da realidade brasileira.

3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES COMO EXPRESSÃO DA LUTA DE CLASSES NO BRASIL

Os estudos sobre a história e as teorias dos movimentos sociais vinculados à classe trabalhadora e seus demais segmentos, normalmente fazem referência a sua gênese, analisando os chamados movimentos clássicos, de base operária e socialista, do século XIX na Europa. E atualmente o estudo sobre a temática se centraliza na análise dos chamados novos movimentos sociais.

Os movimentos sociais passaram a ser tema de estudo nas Ciências Sociais de forma mais aprofundada a partir dos anos 1960, nos Estados Unidos e na Europa. Esse período histórico vivenciado pelas potências capitalistas se configurou como uma fase de crise econômica do capital na década de 1970. Segundo Reis (2000), essa foi uma fase na Europa e nos Estados Unidos marcada pela superprodução e, ao mesmo tempo, pelo subconsumo, ocasionando um acirramento das relações de produção e a iminência de problemas sociais, se caracterizando como um período de crise para o modo de produção capitalista.

Com as condições objetivas favoráveis à organização de grupos e segmentos que precisavam se organizar em torno de reivindicações comuns, as lutas sociais adquiriram, a partir da década de 1960, concretude e visibilidade, através dos movimentos sociais vinculados a diversos grupos e segmentos que lutavam por acesso a um conjunto de direitos sociais, visando melhores condições de vida e trabalho. E nesse sentido, foram obtendo cada vez mais reconhecimento por suas ações coletivas.

A partir dessa fase, as Ciências Sociais – determinadas hegemonicamente pela Europa e pelos Estados Unidos – dedicaram-se de forma mais aprofundada ao estudo desses movimentos sociais. Na América Latina, por exemplo, o debate teórico sobre a temática se iniciou no final de

1970 e início de 1980, uma vez que vários países da América Latina entre as décadas de 1950 e 1970, vivenciaram duros anos de ditadura militar⁵.

A temática mais direcionada aos movimentos sociais se colocou para estudo nas Ciências Sociais de forma mais visível a partir dessas condições. No entanto, é importante demarcar que, o processo das lutas sociais se iniciou, segundo Beer (2006), no período conhecido de forma predominante como Antiguidade⁶, considerando não apenas Grécia e Roma, mas também sociedades do Oriente Médio. Nesse período, os movimentos que se destacaram foram os ligados principalmente à luta dos escravos e dos religiosos (cristianismo).

No século XIV, na Europa, destacaram-se os movimentos de camponeses e servos, como, por exemplo, os movimentos heréticos, formados por hereges que negavam a religião como única fonte de conhecimento e se dedicavam ao estudo das ciências e das artes.

Durante a fase de decadência do feudalismo, houve a organização de movimentos de mercadores, religiosos e camponeses, que, de forma geral, lutavam contra os abusos da nobreza e do clero. Nesse período, destacou-se, no século XV, na nação tcheca, o movimento hussita, cujo principal líder, João Huss, coordenou a luta em torno de mudanças na Igreja e em defesa dos direitos sociais dos trabalhadores.

Entre o século XVIII e a primeira metade do século XX, as principais referências no âmbito das lutas sociais, foram os movimentos operários e camponeses, principalmente na Europa. O movimento operário teve início no período do capitalismo industrial, cujo principal objetivo na época era lutar por condições dignas de trabalho para os operários, e inicialmente, tiveram como principais referências as idéias de Fourier, na França, e de Robert Owen, na Inglaterra, caracterizados enquanto socialismo utópico.

Durante o século XIX, o movimento operário avançou no sentido da construção de uma identidade de classe, passando a reivindicar também a participação da classe operária no sistema político. Isso se deu devido principalmente aos processos de lutas vivenciadas a partir de 1848, e aliado a isso, houve o fortalecimento do pensamento socialista fundamentado pela teoria do socialismo científico de Marx e Engels.

⁵ Embora houvesse, no período da ditadura militar, várias formas de luta e resistência ao sistema econômico e político, dentre eles os movimentos sociais populares, o debate teórico acerca das lutas sociais estava confinado ao silêncio.

⁶ O autor utiliza didaticamente essa referência cronológica, mas destaca que “Teremos mais probabilidades de acertar, se admitirmos que a Antiguidade não é nenhuma unidade intelectual ou histórica. Os antigos hebreus, os helenos e os romanos tiveram igualmente a sua Antiguidade, a sua Idade Média e os seus Tempos Modernos. Apenas surgiram mais cedo na cena histórica do que os germanos e os eslavos, por exemplo. Mas também atravessaram esses períodos, criando determinadas instituições e idéias, que sempre correspondem, aproximadamente, a tais períodos”. (BEER, 2006:14).

Analisando as obras marxianas que tratam desse processo de construção do proletariado enquanto classe “para si”, Machado (2011) apresenta elementos importantes:

Pelo visto, os autores propõem que, uma vez destituído dos meios de produção, não há garantias que o proletariado se torne classe para si mesmo. Pode ser apenas para o capital. Esta possibilidade (classe apenas para o capital) tem a sua importância política, afinal, é o primeiro elemento de identificação da condição de explorado, mas ela não é suficiente. Por si só, esta condição não leva à tomada do poder burguês. É preciso a atuação dos comunistas com sua doutrina (comunismo científico) para elevar a sua consciência de classe. (MACHADO, 2010:13)

As experiências e lutas concretizadas nesse período foram determinantes para a organização política da classe trabalhadora. Dentre esses acontecimentos históricos, podemos mencionar: a Liga Comunista de 1847, em Londres; a 1ª Internacional, fundada em 1864, em Londres; a mobilização de trabalhadores em 1º de maio de 1886, em Chicago; a 2ª Internacional, fundada em 1889, em Paris; e a Revolução Russa, em 1917.

Mas durante o século XX, houve uma significativa mudança no quadro internacional das lutas sociais, provocada principalmente pela implementação do Estado de Bem-Estar Social na Europa, a partir da década de 1940, pela predominância do fascismo, em países como Itália, Alemanha e Espanha, e pela experiência socialista da União Soviética. Esses acontecimentos históricos afetaram principalmente as lutas sociais de caráter socialista.

A partir dessa mudança na correlação de forças no contexto internacional da relação capital/trabalho, inseriu-se no cenário mundial, a partir da década de 1960, as lutas dos chamados novos movimentos sociais, associados à idéia de inovação em relação aos movimentos clássicos dos séculos XVIII a XIX. Segundo Reis (2000), a concepção dos novos movimentos sociais teve a intenção de se apresentar como uma análise que compreende esses movimentos enquanto forma de organização alternativa ao capitalismo, assim como ao comunismo, o qual é associado, nesse caso, à idéia de dogmatismo revolucionário característico do movimento operário tradicional.

Da mesma forma, a constatação dos limites do movimento operário-sindical (muito atado às armadilhas da social democracia, é verdade) e dos partidos comunistas organizados em diversos países (principalmente na Europa Ocidental) levaram os cientistas sociais a associá-los como “superados” ou “ultrapassados”, considerando as formas de organização conhecidas como “rígidas”, “burocráticas” e “centralizadoras”. Fizeram da constatação de tendências burocratizadoras e centralizadoras no seio do movimento operário-sindical e dos partidos comunistas o alibi para as “inovações teóricas” e para a deflagração de “novas utopias”, “novos sonhos”, “nova política”, “nova esquerda”, “novos movimentos sociais”, etc. (BRAZ, 2000:128)

Estudiosos como Doimo (1995) e Sader (1988) desenvolveram o debate sobre os chamados novos movimentos sociais, situando-os fundamentalmente no âmbito da reprodução da vida social; em que se inserem, concretamente, segundo esses autores, os movimentos de mulheres, negros, indígenas, homossexuais, de luta pela moradia, pela terra, por preservação ambiental e outros.

A presença dessa diversidade de movimentos sociais que surgem a partir de 1980 no Brasil, demonstra segundo os autores referidos, a iminência de “novos” sujeitos na vida política do país. Assim, as principais lutas não vão ocorrer com centralidade no campo da relação direta entre capital e trabalho, ou seja, no campo da produção, desenvolvida por uma classe proletária, mas sim por esses “novos” sujeitos, que se constituem nos “novos movimentos sociais”.

Reis (2000) problematiza esses elementos acerca do debate sobre os novos movimentos sociais, destacando que eles devem ser tomados mais como referência quanto ao período histórico, do que como uma teoria capaz de abarcar a configuração atual do conjunto dos movimentos sociais vinculados às lutas e reivindicações da classe trabalhadora. De acordo com o autor, os movimentos sociais devem ser vistos a partir de uma perspectiva histórica e tendo presente a centralidade da luta de classes nesse processo.

Assim, os novos movimentos sociais são vistos mais como um conceito estabelecido pelos estudiosos e intelectuais dessa teoria do que como uma questão colocada pela realidade. Isso porque analisar os movimentos sociais partindo de uma perspectiva histórica traz o entendimento de que, embora suas formas de organização, ações e objetivos venham se modificando, essas características se manifestam, na realidade, a partir dos diferentes processos das lutas sociais.

A problematização acerca da teoria dos novos movimentos sociais, que desde 1980 tem predominado nas Ciências Sociais, é necessária para não perdermos de vista a abordagem desses movimentos de forma interdependente à luta de classes.

Na abordagem realizada por Reis (2000) sobre a relação entre movimentos sociais e luta de classes, o autor se referencia na análise de Lopes (1999) sobre a categoria movimento social em Marx. E a partir disso sintetiza:

“Movimentos sociais” aqui expressam as diversas lutas sociais engendradas no terreno histórico da luta de classes. São desdobramentos das “relações sociais objetivas e subjetivas, determinadas pelas relações entre estrutura e superestrutura no movimento real da totalidade social concreta de um determinado período histórico” (Lopes, 1999: 9). Lopes dá essa denominação à categoria “movimento social”. O seu plural (“movimentos sociais”) indicaria, em nosso entendimento, as diversas manifestações (estruturais ou conjunturais) do “movimento social” da sociedade de classes (REIS, 2000:120).

Esta é a concepção que nos baseamos para situar os movimentos sociais populares a partir da década de 1990, entendendo esses, como uma manifestação das lutas sociais. Sendo que estas

possuem determinações acerca da constituição da questão social, que adquire configurações específicas de acordo com o movimento histórico, tendo como eixo central desse processo, o desenvolvimento da luta de classes.

Considerando o histórico dos principais aspectos da formação social brasileira, no que diz respeito à formação da burguesia, da classe trabalhadora e do Estado nacional, a implantação do neoliberalismo no Brasil associado ao fenômeno da reestruturação produtiva, trouxe consequências severas para a classe trabalhadora brasileira.

Nesse sentido vale destacar dois aspectos da formação brasileira. O primeiro é que, considerando a identidade da burguesia brasileira, de herança escravocrata, autoritária e dependente do mercado internacional; foi um marco na história do país, a visão por parte desta burguesia, de não reconhecimento da classe trabalhadora, enquanto portadora dos seus direitos sociais e da sua condição de cidadania⁷. Valores esses, defendidos pelo pensamento liberal clássico europeu, que inspirou a burguesia da Europa ocidental.

Além disso, o Estado desde a Independência em 1822a, vem cumprindo um claro papel de legitimar o poder da burguesia brasileira, (que de certa forma manteve seu vínculo com a aristocracia agrária) se consolidando como um espaço que aprofunda a dominação política e econômica existente.

Na verdade, o liberalismo é filtrado pelas elites nativas por meio de uma lente singular: a equidade configura-se como emancipação das classes dominantes e realização de um certo status desfrutado por elas, ou seja, sem incorporação das massas [...] o Estado é visto como meio de internalizar os centros de decisão política e de institucionalizar o predomínio das elites nativas dominantes, numa forte confusão entre público e privado. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008: 73)

O segundo aspecto marcante do modelo de capitalismo desenvolvido no país é o caráter dependente de sua economia, assim como de outros países da América Latina.

A inserção brasileira no capitalismo mundializado se caracterizou pela dependência desde o período colonial, do século XVI ao XVIII. Assim, tinha fundamentalmente a função de realizar a extração de minério, madeira, borracha e grandes plantações de monocultura de algodão, café, cana-de-açúcar, dentre outros, para exportação no sistema *plantation*. Com isso, o Brasil foi se tornando, naquele período, um dos principais fornecedores de matéria-prima para o pólo industrial da Europa e posteriormente dos Estados Unidos.

A instalação da República e a extinção da escravidão negra no século XIX sinalizaram um processo de mudança nas diretrizes da produção capitalista para o continente latino-americano. A América Latina, além de fornecedora de mercadorias, passou a atuar como consumidor de

⁷ Sobre esta análise: FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

produtos industrializados dos países de “capitalismo avançado”, bem como importador do tipo de industrialização já considerada defasada nesses países ditos desenvolvidos.

Neste contexto, a Lei de Terras de 1850 foi um marco jurídico-institucional desse período de transição do sistema de produção agro-exportador para o de industrialização, instituindo a obrigação da compra do título da terra para viabilizar o uso desta. Essa lei – determinante para a formação da estrutura fundiária brasileira – restringiu o uso e o cultivo da terra apenas aos que tivessem condições de comprá-la. A partir de então, as terras ficaram concentradas nas mãos das classes que já eram proprietárias dos meios de produção.

As mudanças na organização do sistema capitalista no Brasil consolidaram-se no século XX, principalmente a partir de 1930, com o início da implantação de grandes indústrias e fábricas nos centros urbanos, bem como de grandes projetos agropecuários, hidrelétricas e usinas pelo interior do país. Esses projetos – contando diretamente com os financiamentos e o apoio de organismos internacionais – influenciaram e se associaram à questão do êxodo rural, principalmente a partir da década de 1950, quando enorme massa de trabalhadores foi deslocada para as cidades, em busca de emprego.

Nesse processo de organização do sistema capitalista de produção, a divisão de terras e a disponibilização dos meios de produção em pequenas propriedades não foram necessárias para viabilizar a inserção dos trabalhadores no processo de produção. Daí que a formação de grandes extensões territoriais para o cultivo da monocultura (latifúndios) teve importante funcionalidade política e econômica para o capitalismo internacional, consolidando a lógica econômica em que o Brasil estava inserido.

Nesse sentido, a questão agrária se tornou um aspecto fundamental do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, permanecendo até a atualidade como uma problemática a ser enfrentada.

A partir desses elementos históricos, o período da década de 1990 será um momento de acirramento da questão social, com o fenômeno da reestruturação produtiva. Dentre as principais características desse contexto, podemos destacar implementação do padrão toyotista, que flexibilizou a produção fordista e inseriu a produção automatizada e descentralizada, levando à terceirização. Isso se deu em um contexto de aumento de empregos temporários, de subcontratação e de desvalorização das normas salariais e de ao aumento do desemprego estrutural. E a partir disso, houve um processo de fragilização da luta sindical, a qual é analisada por autores como Antunes (1996) e Alves (2000).

Resgatar estes elementos históricos da formação social brasileira e destacar este fenômeno da reestruturação produtiva no Brasil na década de 1990 são importantes para entendermos o processo das lutas sociais neste período. Nesse sentido, o esforço aqui é de apontar essas determinações acerca desta realidade, para termos situarmos de forma crítica, a luta dos movimentos sociais populares, na qual se destaca a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

A importância que o MST adquiriu no âmbito das lutas sociais no país a partir de 1990, não se deu por acaso, pois considerando a centralidade da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo no Brasil e o contexto vivenciado pelo movimento sindical nesse período, este Movimento cumpriu um papel de enfrentamento ao capital, ao ter como principal estratégia, a luta pela reforma agrária.

O MST é um movimento que faz luta política porque a luta pela terra, pela reforma agrária, é parte da luta pelas transformações mais amplas. Não acreditamos que a reforma agrária possa ser realizada dentro das condições da correlação de forças existentes no Brasil. Se a elite quisesse ter feito, teria tido a oportunidade, mas isso não lhes interessa. A luta pela reforma agrária adquire um conteúdo político, ideológico no momento em que você entende que ela é parte das lutas mais amplas por transformações sociais bem mais profundas no Brasil (MAURO, 1999:209 - 210).

Atualmente organizado em 24 estados brasileiros e no distrito federal⁸, o MST, em 27 anos de existência, tem se dedicado incansavelmente à luta pela reforma agrária no Brasil. Assim, consolidou-se como um sujeito importante no processo de organização política dos trabalhadores rurais no contexto das lutas sociais do país, tendo passado por várias fases e vivenciado diferentes períodos históricos.

O período que compreende de 1985 a 1990, considerado como a fase de consolidação do MST, ocorreu durante o governo Sarney, época em que foram conquistados mais assentamentos, pois correspondeu ao início das primeiras ocupações de latifúndios e o Estado ainda não havia desenvolvido mecanismos de repressão direta contra essa forma de luta.

Outros destaques são importantes em relação ao MST, no contexto da vida política do país e da relação com o Estado. O governo Collor (1989-1992), por exemplo, foi considerado o período de maior repressão política e policial sofrida pelo MST. Já no governo de Itamar Franco (1992-1994), a relação estabelecida se caracterizou a partir de mobilizações e negociações em torno da política de reforma agrária. Em 1994, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, que governou por dois mandatos presidenciais, até o ano de 2002, o MST se deparou com uma conjuntura

⁸ Atualmente, os três estados em que o MST não está organizado são o Acre, o Amazonas e o Amapá.

diferente, em que o Estado passou a se sustentar na mídia e no Judiciário, como forma de tentar neutralizar as ações do MST. Sobre esta situação, vale destacar:

Os documentos extraídos da imprensa, citados até agora, sugerem que haja uma concordância, em todos os veículos jornalísticos, no sentido de apresentar negativamente o MST. Como afirmou o Jornal do Brasil, no editorial intitulado “Volta ao Jeca”, de 3 de agosto de 1997, quando o assunto é sem terra, há consenso dos meios de comunicação a favor do governo. (COMPARATO, 2003:119)

Durante o Governo Lula, estudiosos apontam que no início houve certo diálogo em relação à política de reforma agrária no país, mas o direcionamento político e econômico dado no decorrer dos dois mandatos do PT, foi demonstrando o apoio e a prioridade do Governo Federal ao agronegócio ⁹. Considerando o histórico das lutas sociais no país, esta relação mais específica entre o Governo do PT e o MST tem se dado de forma complexa e um tanto contraditória, o que não teremos condições de abordar neste artigo.

Mas a partir dos elementos destacados, visualizamos que este Movimento é uma importante expressão do caráter das lutas que os movimentos sociais populares têm desenvolvido no país. Isso não significa que todos os movimentos existentes se enquadrem necessariamente nesta perspectiva, mas demonstra que o debate teórico acerca dos novos movimentos sociais não corresponde ao fenômeno das lutas sociais, considerando suas determinações e suas dimensões de totalidade e particularidade. E aponta que o estudo acerca da teoria da luta de classes se coloca como algo necessário para analisarmos esta realidade que envolve os movimentos sociais populares na atualidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da concepção de questão social, situando-a enquanto elemento constitutivo da sociedade burguesa. E identificando o processo da luta de classes, enquanto elemento fundante do movimento histórico-dialético da sociedade, buscamos refletir sobre a relação do movimento social da classe trabalhadora e a questão social, tendo como referência, alguns dos principais aspectos do capitalismo brasileiro e os movimentos sociais populares como importante expressão desta realidade a partir de 1990.

⁹ Com base em Christoffoli (2007) utilizamos o conceito de agronegócio com o sentido de agrupamento de interesses políticos e econômicos ligados aos latifundiários e ao grande capital financeiro e industrial, representado politicamente pela agricultura patronal e tendo à sua frente organizações como OCB, CNA, SRB, UDR, Bancada Ruralista no Congresso Nacional, etc.

Assim, identificamos o acirramento da questão social, onde a hegemonia da ideologia neoliberal é o maior exemplo a partir da década de 1990 no Brasil. Pensando a complexidade adquirida pela questão social na atualidade, a categoria movimento social em Marx, se colocou como uma forma de identificarmos as diversas manifestações que se articulam às dimensões da luta de classes, dentre elas, a atuação dos movimentos sociais populares.

A abordagem sobre a categoria movimento social, nos proporcionou o entendimento sobre a própria dinâmica da luta de classes, que historicamente vem adquirindo diversas formas na realidade. E a partir disso, situar os movimentos sociais populares a partir da década de 1990, entendendo esses, como uma manifestação das lutas sociais.

Considerando esta concepção e as determinações atuais acerca dos movimentos sociais populares, fizemos referência à atuação do MST a partir de 1990, que a nosso ver, tem expressado de forma significativa elementos do processo da luta de classes no país. Nesse sentido, identificamos que a partir das contradições da realidade social, o MST vem se configurando também de forma imbricada ao movimento da sociedade, onde se situa de forma geral, a problemática desses movimentos sociais no âmbito da luta de classes.

Vários são os desafios a serem enfrentados por esses movimentos sociais. Machado (2006) destaca que uma das problemáticas dessas formas de luta, é que até então têm se mostrado limitadas, uma vez que não têm conseguido questionar, de maneira mais decisiva, a hegemonia política do bloco no poder, ou seja, do capital financeiro. Assim, um dos maiores desafios enfrentados, também é fazer com que a inserção nos diversos campos de luta da vida social se torne um mecanismo de fortalecimento da luta política da classe trabalhadora. Isso sem perder de vista que esse processo se encontra condicionado pela formação social capitalista.

A complexidade adquirida pela luta e pela forma de organização do MST revela, ao mesmo tempo, a luta por condições dignas de vida para trabalhadores rurais sem terra e a perspectiva de uma prática contestadora da ordem. Esse processo de luta combina a reivindicação ao Estado pelo acesso à terra, pelo direito à reforma agrária e a políticas públicas, com o enfrentamento ao capital internacional, através da ocupação de latifúndios e transnacionais, combatendo os Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) e desenvolvendo a articulação internacional entre trabalhadores rurais e camponeses, através da Via Campesina.

A partir desse exemplo do MST, identificamos que essas formas de lutas sociais, são construções históricas que expressam de forma dialética, características da luta de classes, a qual impõe um conjunto de desafios ao MST e ao conjunto da classe trabalhadora.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, G. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho*. São Paulo: Boitempo editorial, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1996.

BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BEHRING, E. R. BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. 5.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BRAZ, Marcelo. O debate teórico acerca dos novos movimentos sociais no Brasil: um balanço crítico. In: *Revista Serviço Social e Movimento Social*. São Luis: EDUFMA, v. 2, n. 2, pp. 119-129, 2000.

_____; NETTO, José Paulo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica Serviço Social).

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. A evolução recente da questão agrária e os limites das políticas públicas do Governo Lula para o meio rural. In: *Estudos de direito cooperativo e cidadania*. (org.). GEDIEL, José Antônio Peres. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n.1, 2007.

COMPARATO, Bruno Konder. *A ação política do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *O manifesto do Partido Comunista*. 11^a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 4^aed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOPES, Josefa Batista. A relação serviço social – movimento social: indicações para um estudo. In: *Revista Serviço Social e Movimento Social*. São Luis: EDUFMA, v. 1, n. 1, pp. 7-20, 1999.

LUKÁCS, Georg. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. (Texto da Conferência de 1968). Trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, s/d.

MACHADO, Eliel. Lutas e resistências na América Latina hoje. In: *Revista Lutas & Resistências*, Grupo de Estudos de Política da América Latina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, n. 1, Londrina: Midiograf, 2006.

_____. Proletariado e luta de classes em Marx e Engels. In: BÓGUS, Lucia; WOLFF, Simone; CHAIA, Vera. (orgs.). *Pensamento e teoria nas Ciências Sociais: referências clássicas e contemporâneas*. São Paulo: EDUC; CAPES, 2011.

MARX, Karl. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. Obras Escolhidas. v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

_____. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *O Capital – crítica da Economia Política*. vol. 1: O processo de produção do capital. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

_____. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAURO, Gilmar. Balanço provisório do MST. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luís Bernardo (orgs.). *América Latina: história, idéias e revolução*. 2ª. ed. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil*. v. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STÉDILE, João Pedro *et al.* *A questão agrária na década de 90*. 4ª. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.